



V SEMINÁRIO REGIONAL Sobre Gestão dos Recursos Hídricos

Recuperação, Conservação e Gestão Ambiental
de Bacias Hidrográficas -
Práticas e Técnicas Inovadoras

VI Fórum do Observatório Ambiental
Alberto Ribeiro Lamego



CONSTRUINDO O FUTURO: JUVENTUDE E CIDADANIA NA GESTÃO DAS ÁGUAS

Virgínia Villas Boas Sá Rego¹

RESUMO

A formulação de políticas voltadas para a juventude é uma preocupação atual nacional e internacionalmente; pois a participação dos jovens no cenário político e no gerenciamento dos recursos hídricos é relativamente pequena. O Comitê de Bacia Hidrográfica dos Rios Macaé e das Ostras, responsável pela gestão da Região Hidrográfica VIII do estado do Rio de Janeiro, considera essencial ampliar a mobilização e a participação social para efetivar a gestão integrada, descentralizada, participativa e democrática das águas, estimulando o protagonismo juvenil e promovendo a formação e a capacitação de novos atores. Orientado por uma visão processual, que considera a complexidade da realidade socioambiental, pretende-se, aqui, relatar algumas ações e projetos voltados para os jovens desenvolvidos nacional e internacionalmente. Pretende-se, também, apresentar a proposta de Educação para a gestão ambiental e dos recursos hídricos do Comitê de Bacia Hidrográfica dos Rios Macaé e das Ostras, que, orientada por uma perspectiva crítica e transformadora, busca fornecer ferramentas e possibilitar a construção de conhecimentos indispensáveis para o fortalecimento da democracia e da cidadania.

PALAVRAS-CHAVE: Juventude. Gestão dos Recursos Hídricos. Educação Ambiental. Comitê de Bacia Hidrográfica dos Rios Macaé e das Ostras

ABSTRACT

The formulation of policies for youth is a current concern nationally and internationally; for the participation of young people in the political arena and in the management of water resources is relatively small. The Macaé and Ostras Watershed Committee, responsible for managing the VIIIth Hydrographic Region of the state of Rio de Janeiro, considers it essential to extend the mobilization and social participation to effect integrated, decentralized, participatory and democratic management water, encouraging youth participation and promoting the formation and training of new actors. Guided by a process view, which considers the complexity of the socio-environmental reality, it is intended here to report some actions and projects for young people nationally and internationally developed. The aim is also to present the proposal of Education for environmental management and water resources of the Macaé and Ostras Watershed Committee, which, guided by a critical perspective and

¹Instituição: UCAM-Nova Friburgo –Doutora (PPG-MA/UERJ); Mestre em Educação (PUC-RJ); Socióloga, Licenciada em Ciências Sociais (PUC-RJ); professora aposentada da rede pública estadual-RJ; e-mail visarego@yahoo.com.br

transformative, seeks to provide tools and enable the construction of knowledge indispensable for the strengthening of democracy and citizenship.

KEY WORDS:Youth. Management of Water Resources. Environmental Education. Macaé and Ostras watershed committees.

INTRODUÇÃO

A formulação de políticas voltadas para a juventude é uma preocupação atual nacional e internacionalmente. Segundo o relatório “The State of The World Population - 2014”², das 7,3 bilhões de pessoas que vivem hoje no planeta, 1,8 bilhão têm entre 10 e 24 anos de idade. A maior parte destes jovens vive em países pobres e, nos países em desenvolvimento, metade da população tem menos de 18 anos de idade. O Brasil ocupa a sétima posição entre os lugares com o maior número de pessoas com idades entre 10 e 24 anos e possui cerca de 51 milhões de brasileiros entre 15 e 29 anos (BRASIL, 2013). Os jovens de hoje ocuparão as posições sociais do futuro e devem ser preparados para o exercício dessas funções. No entanto, o desinteresse e a relativamente pequena participação dos jovens no cenário político são preocupantes. No mundo e no Brasil, vêm sendo formuladas ações diversas e políticas públicas diretamente voltadas para pessoas dessa faixa etária, inclusive na área de gestão dos recursos hídricos.

Diante do atual contexto de descrédito nas formas tradicionais de democracia representativa, no Brasil e no mundo, e da descrença em relação à prática política como exercício da construção do bem comum, que caracteriza a vida política nacional, é fundamental o fortalecimento da cidadania e da participação ativa, crítica e consciente dos cidadãos na construção dos rumos do desenvolvimento da sociedade, se contrapondo ao avanço de forças antidemocráticas e sem responsabilidade socioambiental efetiva. A formação dos jovens é determinante, pois serão os futuros construtores da sociedade, cujas decisões e práticas influenciarão na definição de seus rumos. E também serão eles junto com seus filhos e netos que sofrerão os efeitos mais dramáticos da crise ambiental global. Dessa forma, têm que construir conhecimentos e saber usar as ferramentas fundamentais para a sua participação plena como cidadãos portadores de direitos e deveres perante a coletividade da qual fazem parte.

O envelhecimento dos atores sociais, que há mais de vinte anos vêm lutando pela implantação da política de gestão dos recursos hídricos, aumenta a necessidade da renovação e da inclusão de novos atores sociais, que possam participar da formulação dos projetos e políticas públicas. A legislação federal (Lei Federal nº 9.433/1997) e a do Estado do Rio de Janeiro (Lei Estadual nº 3.239/1999) relativas ao gerenciamento dos recursos hídricos adotam os princípios de gestão democrática, participativa, integrada e descentralizada. Dentre os diversos instrumentos de gestão instituídos pela Política Nacional e Estadual de Gestão dos Recursos Hídricos, os Comitês de Bacia Hidrográfica (CBHs) foram definidos como os órgãos consultivos, deliberativos e normativos encarregados da gestão integrada e descentralizada das águas no território sob sua responsabilidade, por meio da participação dos representantes dos usuários da água, do Poder Público e da sociedade civil no processo decisório.

Pretende-se, aqui, relatar algumas ações e projetos voltados para os jovens desenvolvidos pelo Comitê de Bacia Hidrográfica dos Rios Macaé e das Ostras (CBH Macaé), responsável pela gestão da Região Hidrográfica (RH) VIII (RJ)³, que considera essencial ampliar a

²Relatório produzido anualmente pelo Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA). Disponível em <http://www.unfpa.org/swop>; consulta em 08/08/2016.

³ Para fins de planejamento e cobrança dos recursos hídricos, desde 2014, o território do Estado do Rio de

mobilização e a participação social, estimulando o protagonismo juvenil e promovendo a formação e a capacitação de novos atores. Orientado por uma concepção de Educação para a gestão ambiental e dos recursos hídricos, seus projetos e ações visam fornecer ferramentas e possibilitar a construção de conhecimentos indispensáveis para o processo de tomada de decisões de forma consciente e consistente, além do fornecimento de instrumentos necessários à participação social, como a capacidade de diálogo e o respeito ao Outro e à coletividade.

Foi constatada a existência de experiências e grupos, nacionais e internacionais, voltados para a juventude; porém, como são coordenados por ONGs e financiados por grandes empresas, o risco é que essas iniciativas “falem em nome dos jovens”, em vez de torná-los protagonistas do processo, tornando-se, na prática, instrumentos de controle da participação deles, procurando mantê-la dentro de certos limites. Outro aspecto a ser destacado é que ainda são desenvolvidas poucas ações voltadas para a juventude, e as existentes são desarticuladas, apresentam pouca visibilidade para a sociedade e alcançam um número bem pequeno de jovens. Mas é importante ressaltar que a implantação da gestão democrática e participativa dos recursos hídricos é um processo em construção e deve ser contínuo, permanente.

METODOLOGIA

A partir de uma abordagem sócio histórica e processual da realidade, concebe-se que o ambiente está num processo contínuo de construção, desconstrução e reconstrução efetuado pelos seres que nele vivem (INGOLD, 2000), com destaque para os seres humanos, orientados por seus diversos valores, conhecimentos e interesses. Assim, o ambiente é considerado um sistema complexo (MORIN, 1997) de relações e interações da base natural com as sociedades humanas, buscando superar visões fragmentadas. Nesse esforço de integração, a adoção do conceito de Bacia Hidrográfica como a unidade de planejamento e gestão para a manutenção da qualidade e da quantidade dos recursos hídricos rompe com os limites artificiais da divisão político administrativa entre municípios e estados e possibilita uma visão holística, que enfoca e busca integrar as diversas forças que operam na construção daquele ambiente: físicas, sociais, econômicas, políticas e culturais.

A forma, a qualidade, a orientação político-ideológica e o conteúdo das experiências formativas da personalidade e da identidade dos sujeitos são decisivas para a prática política e social dos cidadãos, cumpridores de seus deveres e possuidores de direitos, como o direito constitucionalmente estabelecido ao meio ambiente equilibrado e sadio. Dessa maneira, a identificação dos objetivos e a análise das práticas e ações formativas por eles vividas revelam-se essenciais para avaliação e (re)orientação dos rumos dos trabalhos do Comitê Macaé e de qualquer outra entidade que desenvolva práticas educativas.

As informações foram obtidas por meio da técnica da observação participante, na condição de membro da Plenária do CBH Macaé (desde 2007) e coordenadora da Câmara Técnica de Educação Ambiental, Comunicação e Mobilização Social (2011-2015), frequentando reuniões, encontros e eventos do CBH Macaé, os Encontros Estaduais (RJ) e Nacionais de Comitês de Bacia Hidrográfica e o I Fórum da Juventude do CBH Macaé. Foi realizada análise de textos legais, de resoluções e atas de reuniões do CBH Macaé, além dos questionários respondidos pelos jovens da RH VIII, durante o I Fórum da Juventude do CBH Macaé, e do relatório de sistematização produzido a partir dos debates que lá ocorreram, bem como o acompanhamento de ações posteriores de jovens participantes do evento.

A pesquisa em sites nacionais e internacionais buscou identificar outras ações e projetos voltados para a juventude existentes na área da gestão dos recursos hídricos.

JUVENTUDE E EDUCAÇÃO PARA A GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS

Os comitês de bacia hidrográfica são órgãos encarregados de realizar a chamada Governança das Águas que a legislação visa instituir; implicam um novo modelo de governabilidade, pois trazem mudanças nas condições do exercício do poder ao estabelecerem novos caminhos na relação entre o governo e a sociedade para gerir os diferentes usos da água e interesses existentes. Esse novo modelo de gestão ainda é desconhecido pela maioria da sociedade e se baseia numa proposta de democracia participativa complementando a democracia representativa. Em sua implantação encontra desafios: conciliar os conflitos de interesses entre os usos múltiplos da água; envolver novos atores sociais (usuários e sociedade civil), além dos tradicionais agentes governamentais, e criar novas instituições, regras e procedimentos. Isso acarreta necessidades tais como a capacidade de lidar com a pluralidade de visões, interesses e realidades e, conseqüentemente, o respeito à diferença; a ocorrência de práticas de negociação; o desenvolvimento de ações associativas; a promoção da cultura do diálogo e do fortalecimento da cidadania ativa e institucional; a construção de ambientes que favoreçam dinâmicas participativas.

A implementação dos processos de governança das águas apresenta dificuldades relativas à comunicação entre os diversos atores e com a sociedade, devido ao predomínio do uso de linguagem técnica e burocrática nas reuniões e documentos, muitas vezes, inacessível para boa parte dos representantes de entidades da sociedade civil. Há diferença nas condições e possibilidades de participação entre, por um lado, os membros do Poder Público e dos usuários da água (quantidade de informação; participa no exercício de suas funções profissionais, com apoio institucional, etc.) e, por outro, os da sociedade civil (trabalho voluntário em detrimento de suas atividades profissionais, sem financiamento). E há uma enorme necessidade de ampliar a participação, incluindo novos setores e grupos sociais, sendo a juventude um grupo prioritário por ser estratégico para a construção do futuro da sociedade.

Na verdade, seria muito mais adequado falar em juventudes, no plural, do que em juventude, pois numa realidade social complexa, existem múltiplas situações existenciais dos jovens, que apresentam diferentes culturas juvenis, diversos interesses e inserções na sociedade (nível social e econômico; características étnicas e raciais; gênero; religião; meio urbano/rural; sexualidade); há uma multiplicidade de grupos juvenis, com características particulares e específicas, que sofrem influências multiculturais, de certa forma, globalizadas.

Ocorre, na atualidade, um prolongamento da condição juvenil, expresso pela ampliação da definição legal, que agora considera como sendo jovens os indivíduos de 15 até 29 anos (antes o limite era de 25 anos) (BRASIL, 2013), explicado pela necessidade de maior permanência no sistema educacional, no contexto da sociedade da tecnologia e da informação, pelas dificuldades de inserção no mercado de trabalho e pelo envelhecimento da população. Isso aumenta as dificuldades para a conquista de autonomia e da independência financeira e, numa fase de sonho/esperança, convive-se também com o medo do futuro e com a incerteza, nos quadros de uma sociedade em que tudo é transitório, as mudanças ocorrem rapidamente e os vários tipos de riscos estão sempre presentes. O futuro marcado por graves problemas ambientais, com destaque para a questão da escassez hídrica, é uma das grandes preocupações da juventude, apesar dessa preocupação geralmente não se expressar em ações práticas em defesa da qualidade e da quantidade das águas.

Pode-se alcançar a juventude por meio da Educação Ambiental Formal, nas escolas e universidades; mas também é importante considerar os jovens que trabalham, nas zonas urbanas e rurais e desenvolver ações não formais, como oficinas, encontros, debates e cursos de capacitação.

Inicialmente, é importante esclarecer que existem muitas concepções de Educação Ambiental; assume-se aqui a tendência libertadora e transformadora, de inspiração freireana; que ultrapassa a mera informação ambiental, baseada na transmissão vertical e unilateral de

conteúdos despolitizados e descontextualizados sobre os processos naturais. Não se pretende provocar nos educandos mudanças comportamentais meramente exteriores, de adaptação às novas necessidades de reprodução do modo de produção capitalista, agora em sua fase de mundialização plena, em que a apresentação de pequenos atos individuais, como economizar água ao escovar os dentes ou “jogar o lixo no lixo”, já seriam suficientes para “cada um fazer a sua própria parte” e “salvar o planeta”. Mas, sim, formar novas mentalidades necessárias ao próprio processo de superação de estruturas sociais injustas e opressivas que governam as relações dos seres humanos entre si e com a natureza e que são responsáveis pela chamada “crise ambiental global”, característica da sociedade contemporânea. Deve proporcionar a superação do egocentrismo e do individualismo e a descoberta do “Outro”, do pertencimento a uma profunda teia de relações, as quais interconectam todos os seres e forças – humanos e não humanos –, que juntos, ao longo do processo histórico, constroem e reconstróem o ambiente em que vivem, estabelecendo uma profunda interdependência entre os mesmos.

A Educação Ambiental deve ser desenvolvida por meio de novas e diversas práticas pedagógicas baseadas no diálogo de saberes e na promoção de experiências ativas e conteúdos capazes de promover transformações interiores nas pessoas, que vão atuar na própria sociedade, contribuindo para transformar também as relações dos seres humanos entre si e com o meio em que vivem. As experiências formativas devem usar múltiplas linguagens, tais como as artes, a música, o cinema, o teatro e as novas tecnologias digitais, desenvolvendo práticas de educomunicação. A Educomunicação é um campo resultante da inter-relação entre a comunicação e a educação e abrange quatro áreas de intervenção: (a) a educação para os meios, que promove reflexões e forma receptores críticos, (b) o uso e manejo dos processos de produção midiática, (c) a utilização das tecnologias de informação / comunicação no contexto ensino / aprendizagem e (d) a comunicação interpessoal no relacionamento entre grupos. Considera-se que todos são capazes de serem produtores e emissores de ideias, imagens e informações e, assim, romper com o controle da comunicação existente e questionar as mensagens dominantes, que difundem uma cultura global. Esta é baseada no “American way of life”, no qual prevalece o consumismo, o culto ao corpo, às aparências e ao “ter em detrimento do “ser”, concepções que influem profundamente a construção das subjetividades juvenis e afetam suas relações com os outros seres humanos, com o ambiente e com os recursos do planeta.

Atualmente, a Educação Ambiental ganhou destaque, foi redefinida e passou a ser considerada como um dos instrumentos da gestão ambiental e dos recursos hídricos, pois tem como objetivo instrumentalizar as populações para as práticas do exercício da cidadania autônoma, ativa e crítica, fornecendo-lhes as ferramentas técnicas e científicas e de participação social para garantir seu direito ao meio ambiente equilibrado e sadio; visa o desenvolvimento do senso e da prática da organização social e da participação coletiva. Ela deve procurar esclarecer e desmistificar verdades do senso comum, informações errôneas, que circulam e orientam o pensamento das pessoas; mas a partir de uma perspectiva dialógica, de troca de saberes e de valorização dos conhecimentos locais, sobretudo, aqueles das chamadas “populações tradicionais” da região, como os pescadores e pequenos agricultores familiares.

Orientada pelos princípios do “conhecer” e do “cuidar”, a proposta de Educação Ambiental do CBH Macaé assume como ponto de partida a problematização de questões, a partir das demandas locais, buscando, por meio de estratégias de pesquisa-ação, a produção de conhecimentos sobre a realidade socioambiental local, inserida em escalas mais amplas: regional, estadual, nacional, global, articulando a dimensão “*glocal*”. Propõe o envolvimento de educadores e educandos numa busca comum do conhecimento. Como exemplo, pode ser citado o primeiro projeto financiado com recursos da cobrança: o “Programa de Educação Ambiental: Monitoramento da Microbacia do Rio São Pedro- Águas para o Futuro”, realizado, durante os anos de 2013/2014, no Colégio estadual José Martins da Costa, em São Pedro da

Serra-Nova Friburgo. Durante um ano, alunos monitores de turmas do Ensino Médio, professores e especialistas, organizados em três espaços pedagógicos (Laboratório de Águas, de Geotecnologias e de Linguagens), realizaram atividades de monitoramento da qualidade da água, de mapeamento do uso do solo e de produção de material de divulgação para a comunidade dos resultados alcançados.

Para o Comitê Macaé, a Educação Ambiental é ética e política: busca promover empoderamento e a emancipação nos planos individual e coletivo. É uma educação reflexiva e engajada, comprometida com a transformação das realidades socioambientalmente injustas e baseada na construção coletiva de saberes por meio do diálogo constante. Viabilizando o acesso às ferramentas e instrumentos que possibilitam a participação de uma forma plena, volta-se para o fortalecimento de uma cidadania ativa, crítica e responsável, envolvendo o pertencimento não só a uma nação, mas ao planeta e ao universo. Busca desenvolver experiências, eventos e projetos e fornecer informações para possibilitar melhor conhecimento dos processos sócio-políticos e ambientais favorecer o exercício das práticas sociais voltadas para a proteção e conservação dos recursos hídricos. Estimula a construção de canais de mobilização e de comunicação para estimular o controle social e a participação popular, assim, ampliar, renovar e fortalecer as representações envolvidas. Visa construir vivências de espaços de diálogos e de aprendizagem das práticas participativas, construir lugares de encontro, debate e negociação entre o indivíduo e o bem comum, o público e o privado. Os jovens devem conseguir “ler” o mundo, tomar decisões embasadas em critérios e conhecimentos, fazer escolhas, compartilhar responsabilidades; precisam entender o meio ambiente como um bem público e que o acesso ao ambiente saudável é um direito do cidadão, assim como o direito à água.

AÇÕES PARA A JUVENTUDE

Foram identificadas várias ações, nacional e internacionalmente, na área da gestão dos recursos hídricos, voltadas para estimular o protagonismo juvenil, fornecer as ferramentas de participação social e fortalecer a cidadania.

A criação do Parlamento Mundial da Juventude para a Água é uma experiência que visa estimular a participação e a organização dos jovens no campo dos recursos hídricos, em termos mundiais. O conceito do Parlamento nasceu em maio de 1998, com a participação de jovens europeus num evento em defesa dos recursos hídricos, na França, onde, em Julho de 1999, foi criado o 1º Parlamento Europeu da Juventude pela Água. Num processo gradativo, foram ocorrendo outros eventos desse tipo: em 2002, foi criado o 1º Parlamento Mundial da Juventude pela Água (*World Youth Parliament for Water*), no Canadá, pelas Organizações Não Governamentais *International Secretariat for Water (ISW)*, sediada em Montreal, Canadá, e *Solidarité Eau Europe (SEE)*, baseada em Estrasburgo, França. Entidades criadas em 1990, no contexto da Década da Água Potável e do Saneamento, promovido pela Organização das Nações Unidas, visam ampliar o direito de acesso à água potável e ao saneamento básico, vistos como questões políticas.

Em 2006, durante o 4º Fórum Mundial da Água, no México, foi constituído o 1º Parlamento Latino americano e caribenho da Juventude pela Água. O 2º Parlamento Mundial da Juventude pela Água foi formado, em 2012, durante o Fórum Mundial da Água, na França. Em 2015, no Fórum Mundial da Água, na Coreia do Sul, foi constituído o atual 3º Parlamento Mundial da Juventude pela Água: rede formada por cerca de 80 jovens de 71 países, em vários continentes, que atuam em defesa das águas; número muito pequeno diante da quantidade de jovens existente no Planeta. O Parlamento visa desenvolver ações concretas em vários níveis: nas comunidades locais, implementando ações concretas para garantir o acesso

universal à água e ao saneamento básico e nas Nações Unidas, onde pleiteiam a participação da juventude no setor hídrico⁴.

Nos mesmos moldes do Parlamento Mundial, o Parlamento Nacional da Juventude pela Água⁵, formado por dois representantes por estado, foi criado, em 2015, pela Associação Brasileira de Recursos Hídricos, apoiada pela Rede de Jovens Engajamundo e a Rede Brasil de Organismos de Bacias Hidrográficas. Busca promover a participação dos jovens brasileiros na gestão de recursos hídricos e nas políticas públicas de meio ambiente, além do seu engajamento no VIII Fórum Mundial da Água, que acontecerá em 2018, em Brasília. Em março de 2016, no Dia mundial da água, o Parlamento fez o lançamento do Movimento Nacional da Juventude pela Água e seus representantes participaram do Encontro Setorial da Juventude, durante o XVIII Encontro Nacional de Comitês de Bacia Hidrográfica (ENCOB), realizado em 2016, em Salvador (BA).

Desde 2013, os ENCOBs incluem encontros setoriais da juventude, separado dos encontros dos outros setores (sociedade civil, poder público e usuários da água), para ampliar a participação social, qualificar os futuros membros dos colegiados e potencializar a contribuição do segmento jovem da sociedade. A direção do XVII ENCOB convidou os Comitês de Bacias a levarem representações jovens para o encontro visando colaborar com a construção da política pública de recursos hídricos para e com a juventude. O Encontro Setorial da Juventude trabalhou com quatro eixos de discussão: Formação da Juventude em Gestão de Recursos Hídricos; Redes de Comunicação Jovem em Gestão de Recursos Hídricos; Mobilização da Juventude para participação da Gestão de Recursos Hídricos e Formas de Participação da Juventude no Processo de Gestão de Recursos Hídricos. E contou com cerca de 70 participantes.

No Brasil, o Estatuto da Juventude, de 2013, também visa fortalecer políticas de juventude e ampliar sua participação nos processos decisórios, garantindo seus direitos universais, geracionais e singulares. As políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude têm como princípio a promoção da autonomia e da emancipação dos jovens; estimulando e valorizando sua participação na vida social, política, cultural e econômica do País, garantindo o respeito à identidade e à diversidade individual e coletiva da juventude.

O Estatuto define como participação juvenil: a inclusão do jovem nos espaços públicos e comunitários de decisão, como pessoa ativa, livre, responsável, com direito a voz e a voto, e capaz de ocupar uma posição central nos processos políticos e sociais e se envolver ativamente em ações de políticas públicas. Busca incentivar a participação individual e coletiva do jovem em ações que contemplem a defesa dos direitos da juventude, como o direito à saúde, à qualidade de vida, à sustentabilidade e ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem como estimular e fortalecer organizações, movimentos, redes e outros coletivos de juventude que atuem no âmbito das questões ambientais e em prol do desenvolvimento sustentável.

O Plano Nacional de Juventude e Meio Ambiente (PNJMA) foi instituído, em 2015; tem como objetivo a promoção e integração das políticas públicas ambientais que efetivem os direitos da juventude à sustentabilidade e ao meio ambiente, garantidos no Estatuto da Juventude. O PNJMA deverá integrar o Sistema Nacional de Juventude e sua implementação será orientada pelos mesmos princípios do Estatuto da Juventude.

O Fórum da Juventude em Comitê de Bacia-Sistema Lagunar de Jacarepaguá (Comitê de Bacia Hidrográfica da Baía da Guanabara e dos Sistemas Lagunares de Maricá e

⁴Maiores informações sobre o Parlamento Mundial da Juventude pela Água estão disponíveis no site <http://www.pnje-wypw.org/?lang=en>.

⁵ Maiores informações sobre o Parlamento Nacional da Juventude pela Água estão disponíveis no site <http://www.abrh.org.br/SGCv3/index.php?P1=230&P2=234>

Jacarepaguá) é uma iniciativa do Projeto Proteção Ambiental Lagunar patrocinado pela Petrobras, por meio do Programa Petrobras Socioambiental; foi criado em 2014 e seu objetivo maior é possibilitar e incentivar a participação de jovens na discussão de ações de preservação dos recursos hídricos na Bacia Hidrográfica do Sistema Lagunar de Jacarepaguá. Foi constituído pelos alunos do Curso de Gestão Ambiental para Jovens do Ensino Médio, oriundos do Projeto Proteção Ambiental Lagunar, realizado pelo Instituto Terrazul. A sede do Fórum é nas instalações do Instituto Terrazul⁶, que assessora a organização e a participação da juventude.

O II Encontro Estadual de Comitês de Bacia Hidrográfica do Rio de Janeiro (ECOB), em 2014, recomendou a inclusão de jovens nos Encontros Nacionais de Comitês de Bacia Hidrográfica (ENCOBs) e escolheu o primeiro projeto de Educação Ambiental financiado pelo CBH Macaé com recursos da cobrança pelo uso da água - “Programa de Educação Ambiental Águas para o Futuro” - como experiência exitosa para representar os comitês fluminenses, no XVI ENCOB. Assim, o CBH Macaé financiou a ida de três alunos monitores do Ensino Médio do CE José Martins da Costa para o XVI ENCOB (2014), onde apresentaram os resultados do Programa de Educação Ambiental Águas para o Futuro e participaram ativamente do Encontro Setorial da Juventude. Quando retornaram, atuaram como multiplicadores das informações e conhecimentos obtidos.

Em abril de 2015, no campus Macaé do Instituto Federal Fluminense, ocorreu o I Fórum da Juventude do CBH Macaé, com cerca de cento e cinquenta participantes das várias localidades da RH VIII. Foram desenvolvidas apresentações musicais e dos projetos desenvolvidos pelo CBH Macaé. Houve divisão dos participantes em grupos para debaterem sobre o documento base do encontro, que abordava a questão da escassez hídrica e o conceito de segurança hídrica. Após o debate sobre os receios, as expectativas e as sugestões dos jovens em relação à questão hídrica, as conclusões foram sistematizadas num documento, registrando sua preocupação com o futuro e suas propostas de intervenção, como a criação de uma página no Facebook da Juventude de Recursos Hídricos da RH VIII, realizada logo no dia seguinte ao do I Fórum. O uso das tecnologias digitais e o desenvolvimento de ações de educação ambiental estão entre as sugestões apresentadas pelos jovens para favorecer sua organização, sua mobilização e sua participação na gestão dos recursos hídricos. Outra proposta foi a realização de Educação Ambiental com atividades práticas, como oficinas e mutirões para limpeza dos rios, cachoeiras e trilhas, além de atividades artísticas e culturais.

Em Junho de 2015, durante um fim de semana prolongado por feriado, jovens que participaram do Fórum da Juventude do CBH Macaé, em parceria com a gestão da Área de Proteção Ambiental de Macaé de Cima, organizaram e promoveram, em Lumiar-Nova Friburgo, o Mutirão Trilhas e Rios. Durante três dias, foram desenvolvidas diversas atividades, tais como a realização de oficinas de sustentabilidade, de dança, de música, de reaproveitamento de resíduos sólidos, além de plantação de mudas de árvores e realização de coleta de lixo pelas margens pelas águas do rio Macaé. Por sua própria iniciativa, os jovens organizaram o evento, conseguiram recursos para alimentação por meio de doações dos empresários locais, contataram os “oficineiros” e fizeram a divulgação. A ocorrência desse evento mostrou o sucesso da iniciativa do Fórum, que alcançou os objetivos de incentivar formas de organização autônomas dos jovens para a participação na gestão dos recursos hídricos.

Em 2015, dois jovens da Região Hidrográfica VIII, que foram do Fórum da Juventude foram selecionados para irem ao XVII ENCOB, financiados pelo Comitê Macaé, onde também participaram ativamente do Encontro Setorial da Juventude, além das outras

⁶ Maiores informações sobre o Fórum da Juventude da Bacia de Jacarepaguá podem ser obtidas em https://www.facebook.com/forumdajuventudedabaciadejacarepagua/about/?entry_point=page_nav_about_item&tab=page_info

atividades constantes da programação do encontro. A seleção foi feita por meio de um processo simplificado constante na página do Facebook da Juventude da Região Hidrográfica VIII.

COMENTÁRIOS FINAIS

A abertura de espaços para a participação dos jovens, futuros gestores dos recursos hídricos e da sociedade como um todo, suscita algumas reflexões: o “estímulo à participação” não garante necessariamente a construção de uma cidadania crítica, responsável e combativa. A participação pode ser concedida, instrumento de legitimação do sistema, visando controlar e manter a prática dos cidadãos dentro de certos limites, e favorecer, assim, as estruturas autoritárias dominantes. Há experiências e grupos que falam em nome dos jovens, em vez de torná-los protagonistas do processo, como defende e busca o CBH Macaé. Outro aspecto a ser destacado é que ainda são desenvolvidas poucas ações voltadas para a juventude, e as existentes são desarticuladas e com pequena visibilidade. A implantação da gestão democrática e participativa dos recursos hídricos é um processo em construção e deve ser contínuo, permanente; dessa forma, será realizado, em 2016, o II Encontro do Fórum da Juventude do CBH Macaé.

REFERÊNCIAS

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RECURSOS HÍDRICOS. Parlamento Nacional da Juventude pela Água – PNJA. Disponível em <<http://www.abrh.org.br/xxisbrh/inovacao4.ph>>. Acesso em: 07/08/2016.
- BRASIL/MMA. Plano Nacional de Juventude e meio ambiente-2015. Disponível em http://www.mma.gov.br/images/arquivos/responsabilidade_socioambiental/juventude/publicacao_ao_versao3.pdf. Acesso em: 07/08/2016.
- BRASIL. Lei nº 12.852, de 5 de Agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm>. Acesso em: 07/08/2016.
- INGOLD, T. *The Perception of the Environment: Essays in Livelihood, Dwelling and Skill*. London: Routledge, 2000.
- INEA/CBH MACAÉ/CONSÓRCIO MACAÉ-OSTRAS. *Plano de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica VIII*. Rio de Janeiro: INEA, 2014.
- INTERNATIONAL SECRETARIAT FOR WATER. World Youth Parliament for Water. Disponível em: <<http://www.pmje-wypw.org/?lang=en/>>. Acesso em: 07/08/2016.
- MORIN, E. “Complexidade e ética da solidariedade”. In: CASTRO, G.(org.) *Ensaio de complexidade*. Porto Alegre: Sulina, 1997.